

15 ANOS DO I FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS: A VALSA DESANDOU



Tudo começou com um cafezinho e uma cesta generosa de pão de queijo. Dessas coincidências providenciais, em 2006, quatro dos mais ativos dirigentes das quatro entidades que defendiam as televisões de interesse público trabalhavam em Belo Horizonte: Antônio Achilis, diretor tesoureiro da ABEPEC – Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais e presidente da Rede Minas; Cláudio Magalhães, vice-presidente da ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária e coordenador da TV Uni-BH Inconfidentes; Edivaldo Farias, 1º vice-presidente da ABCCom – Associação Brasileira de Canais Comunitárias e presidente do Canal Comunitário de Belo Horizonte; e Rodrigo Lucena, presidente da ASTRAL – Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas e diretor da TV Assembleia de Minas Gerais. E se há uma característica comum a todos é que fazem jus à terrinha e gostam muito de prostrar.

Daí, nada difícil de reunir para discutir a efervescência com que as emissoras educativas, universitárias, comunitárias e legislativas se destacavam na conquista cada vez maior de espaços midiáticos. A Lei do Cabo já fizera dez anos e as televisões de acesso público – criadas e oferecidas gratuitamente aos assinantes com o objetivo de levar esses segmentos para a população – cresciam rapidamente, fazendo com que sonhassem que, em breve, conquistassem também a alforria do cabo e dos boletos e ganhassem os lares pelos sinais abertos e gratuitos de forma mais ampla. Com a eleição de um governo tendo como uma das bandeiras a democratização das comunicações (em especial, a radiodifusão), e a proximidade de uma nova tecnologia, a TV Digital, ampliando o espaço para novos canais, era inevitável uma certa euforia. Mas, é certo, era preciso se mexer.

Num desses encontros marcados de Minas, os quatro chegaram à mesma conclusão – na realidade, fomentados pelos seus colegas de direção das entidades, de coordenação de TVs, de estúdio e ilhas de edição, de eventos, inclusive, conjuntos: o próximo passo seria realizar algo inédito, um evento que reunisse a todos, que demonstrasse ao governo, ao Congresso e a sociedade em geral que havia uma alternativa à televisão comercial – não como antagonista, mas complementar, novas opções, janelas múltiplas de um país diverso. E, finalmente, cumprir o que determinava a Constituição, quando manda haver uma comunicação eletrônica pública, estatal e comercial. Uma vez que a comercial estava mais do que consolidada, bem ou mal as emissoras estatais cumpriam suas funções governamentais, era a vez e a hora das públicas, ou melhor, conforme termo criado no evento, as ‘televisões do campo público’ também iniciarem seu processo de construção de uma política pública que, como tal (era importante dar exemplo), fosse polifônica, com as vozes das emissoras, mas também do Executivo, Legislativo e Judiciário, das empresas, dos trabalhadores e da sociedade civil em geral.

Foi bonito de se ver: durante meses, dezenas de profissionais se reuniram em oito grupos de trabalho: Missão e Finalidade, Configuração Jurídica e Institucional, Legislação e Marcos Regulatórios, Programação e Modelos de Negócio, Tecnologia e Infraestrutura, Migração Digital, Financiamento e Relações Internacionais. Importante ressaltar que o Fórum também só existiu porque as entidades encontraram abrigo e todos os recursos no Ministério da Cultura, dado que o Ministério das Comunicações não nos era favorável. Mas a diferença de acolhimento era altamente justificável: de um lado, o ministro era Gilberto Gil, vindo da cultura popular; do outro, Hélio Costa, vindo das organizações Globo.

O Grupo Executivo de I Fórum Nacional de TVs Públicas – formado pelas quatro entidades – entregou nas mãos do então Presidente Lula a Carta de Brasília, em 2007, um belo texto que resumia as esperanças para uma nova era para a televisão brasileira, oferecendo ao telespectador nacional uma oferta de produção com sua cara, sua cultura, sua ciência, sua política real. E as emissoras do campo público, tão distintas, vislumbravam um ente – a TV Brasil, “nossa futura BBC” – nossa agregadora, protetora e propulsora. Em breve, estaríamos em todos os lares, gratuitamente, pela nossa produção e desejo de abrir as telas para que os brasileiros se mostrassem e se vissem, uma vez que raramente tinham bom espaço nas emissoras comerciais.

Mas, ao que parece, se esqueceram de outro mineiro, que já dizia que, no caminho há uma pedra. No caso, uma pedreira. As bodas de cristal, dos 15 anos, está em cacos. Pelo menos é o que parece apontar quatro personagens que vivenciaram aquele momento bem de perto, e nunca deixaram de estar inserido nos demais momentos que se seguiram nessa década e meia. Solicitados a escreverem sobre o legado dos 15 anos do I Fórum Nacional das TVs Públicas, deixam sua impressão de que, talvez, o romantismo da ocasião tenha sido proeminente. A realidade se mostrou mais dura, mas que também permitiu outras conquistas não previstas, e até mais sólidas. A valsa do baile continua.

A CLAQUE DO UTOPISTAS

Gabriel Priolli – Presidente da ABTU - 2006

ABTU 

Associação Brasileira de Televisão Universitária

Em 15 de maio de 2007, o jornal Folha de S.Paulo publicou a nota "TV Pública", na seção Painei do Leitor, que dizia o seguinte:

Duas observações a propósito de reportagens publicadas pela Folha sobre a sessão de encerramento do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas:

1) a Carta de Brasília, da qual fui um dos redatores, não repete praticamente o conceito de TV pública defendido pelo governo, pois ocorre o exato contrário. O governo é que, auspiciosamente, está assumindo as teses propostas há anos pelas instituições do campo público de televisão, para reforma desse segmento e a efetivação do que está disposto nos artigos 221 e 223 da Constituição. Um mínimo de reportagem seria suficiente para constatar isso;

2) O presidente Lula não falou para "uma claque que o aplaudia" e sim para dirigentes e integrantes de 180 canais de televisão educativos, legislativos, comunitários e universitários, além de intelectuais, artistas, produtores independentes e militantes da democracia na mídia. Eles o aplaudiram, justa e entusiasticamente, porque sentem-se atendidos em suas demandas e com certeza repudiam, como eu, o tratamento ofensivo que mereceram deste jornal;

O signatário desses três parágrafos indignados fui eu, então presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária. Ainda estava sob o impacto do que vivi quatro dias antes, em Brasília, numa cerimônia marcante em minha trajetória pessoal e, acreditava, também na história do país. Para mim, era a culminância de uma luta política iniciada 30 anos antes, quando ingressei como repórter na TV Cultura de São Paulo e me tornei um cruzado da comunicação pública,

voltada à cidadania e por ela conduzida. Para o país, eu suponha que o ato dava início a uma nova era nas comunicações, em que o sistema televisivo seria finalmente equilibrado, curando-se a macrocefalia e a elefantíase da TV comercial privada.

Ao microfone onde falariam a seguir o ministro Gilberto Gil e o presidente Lula, de frente para o plenário onde estavam dezenas de bravos e queridos companheiros, eu via no canto esquerdo da sala os repórteres escalados para cobrir a cerimônia. Via em muitos desses colegas, dos veículos comerciais — como naquele que nos reduziu na Folha a uma claque de auditório, autômatos petistas, palhaços no jogo político —, um sorriso de escárnio no rosto. Era o retrato perfeito da cobertura que dedicavam ao I Fórum Nacional de TVs Públicas e da comunicação pública em geral, fiéis servidores que eram da prepotência e do exclusivismo da mídia privada.

Lamento constatar, passados 14 anos daquele dia memorável, que o escárnio escancarado era premonitório. Ele antevia o fracasso próximo do que, para nós, era o início retumbante de uma nova televisão brasileira. Desdenhava da nossa crença de que as emissoras públicas teriam, enfim, um lugar ao sol na selva da mídia eletrônica, onde sempre viveram sombreadas pelas frondosas torres da TV comercial. Acreditava na onipresença e na onipotência eternas do modelo de televisão feito para o mercado e na irrelevância de se construir um outro, para a comunidade, a cidadania, sem interesse de lucro. E mostrou-se absolutamente certo em sua previsão.

O sistema integrado de televisão pública que concebíamos, com canais educativos abertos e os canais universitários, legislativos e comunitários da TV cabo cooperando entre si, sendo melhor irrigados de recursos e expandindo-se para as aplicações digitais, não se efetivou. Erros de concepção nas políticas federais levaram à construção da TV Brasil como projeto centralizador, cabeça de rede em velho molde, que buscou encabrestar emissoras regionais abertas e desdenhou totalmente as da cabodifusão. Erros de gestão impediram que mesmo esse projeto, viável ainda que atrasado, se firmasse. Então ficou fácil, para os governos de desmanche do pós-golpe, a partir de 2016, fazerem recuar a construção conceitual e política da televisão pública à estaca zero. Vige hoje apenas a mentalidade privatista da mídia comercial e o debate sobre TV pública simplesmente inexistente.

Rever os documentos produzidos entre 2006 e 2007, nos diversos encontros preparatórios do I Fórum, é um exercício da mais pura nostalgia para mim. Daquela que mistura um sentimento doce, de recordar vivências muito ricas e prazerosas com pessoas queridas, os sonhos e as alegrias compartilhados, à tristeza natural por tudo haver passado. Antinatural, eu sinto, é que a nostalgia seja hoje compartilhada com a amargura de constatar o estado agonizante da televisão pública no país. Senão das emissoras, que seguem vivendo e até crescendo, do espírito público que já as animou.

Mas em todas elas, eu tenho certeza, assim como na universidade, nos meios culturais, nas artes e na juventude, resistem os utopistas. Os que desejam uma televisão verdadeiramente voltada à cultura, à educação, ao exercício da cidadania e à defesa da democracia. Eles tomam agora a bandeira que eu e meus companheiros já sustentamos, com ardor e honra, nos tempos passados, e hão de cravá-la, com o mesmo espírito, no solo fértil do futuro. Avante!

FALTA O CONCEITO

ANTÔNIO ACHILIS ALVES DA SILVA – DIRETOR TESOUREIRO DA ABEPEC - 2006



Por 4 anos e 9 meses fui presidente da Fundação TV Minas, começando em 2004. Coincidiu com um período rico da tv pública brasileira. Tínhamos a liderança iluminada de Jorge Cunha Lima, então presidente da Fundação Padre Anchieta e da ABEPEC- Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais

Durante a gestão dele, o governo federal pôs em discussão a ideia de criação da EBC- Empresa Brasil de Comunicação, com abrangência nacional. Na ABEPEC discutimos conceitos, formatos, objetivos. Todas as nossas ponderações foram apresentadas no I Congresso Brasileiro das TVs Públicas, que estamos contemplando nessa edição. Todas foram acolhidas na legislação que criou a EBC, que ganhou o carimbo de tv do Lula. A prática nunca justificou o carimbo - mas hoje é, sem dúvida, a tv do Bolsonaro.

Antes do I Congresso, a tv pública brasileira não tinha caráter, identidade. Eram, em sua maioria, repartições públicas, portadoras de cargos a serem ocupados pelos aliados dos governadores. É verdade que havia a experiência valiosa da TV Cultura e da TV Educativa do Rio. Em Minas estávamos no bom caminho, com o Conselho e programação pertinente – o que chamou a atenção dos demais estados e propiciou a minha eleição para suceder a Jorge da Cunha Lima, na presidência da ABEPEC. No mais, tínhamos que contemplar as histórias de outros países, especialmente da BBC de Londres, para desenvolvermos nossos caracteres e nossos compromissos.

O I Fórum legou caráter, fundamentos, rumos. Localizo dois fundamentos indispensáveis para que uma tv pública seja caracterizada como tal, conquistadas para a legislação que criou a EBC: a subordinação à sociedade (através de um conselho curador) e um orçamento garantido e vacinado contra os podres poderes, principalmente do Executivo. São conceitos preconizados para todos os estados e este é, a meu ver, o principal legado do I Fórum Nacional das TVs Públicas.

Decreto (ou lei) não resolve o tema. Há que se construir cultura, como ocorreu na Inglaterra, para que o Conselho se estabeleça respeitado e competente e o poder executivo entenda seus limites.

Este esforço construiu o conceito da EBC e influenciou emissoras de vários estados, inclusive Minas Gerais, que eu presidia. Concluída a minha gestão em Minas fui convidado pela diretora de jornalismo da EBC, Nereide Beirão, a integrar sua equipe, tendo como principal tarefa a elaboração de um manual de jornalismo. Nesse tempo estudamos os manuais das emissoras de vários países e de alguns estados brasileiros. Reunimos companheiros de todas as áreas do jornalismo da EBC e buscamos contribuições externas de diversos especialistas e de integrantes do Conselho Curador.

Este manual materializou o conceito de tv pública. Toda emissora de tv tem grade, equipe, entretenimento, notícia, debates, inclusive a tv pública. As diferenças:

- a tv pública não se subordina ao mercado;
- o governo não manda na tv pública;
- a sociedade manda na tv pública, principalmente por um conselho qualificado e respeitado, expressando a percepção da sociedade.

Dá para perceber que, a rigor, não temos tv pública, mas restam sinais vitais na TV Cultura e sou testemunha do esforço desenvolvido pelos companheiros de Minas. Alguns profissionais comprometidos e dedicados a temas pertinentes ao caráter da tv Minas, conseguem pontuar algumas produções valiosas. O presidente, Sérgio Rodrigo Reis, vem de uma longa trajetória na emissora, bem antes da minha gestão.

E como ficou a trajetória da TV Brasil? Por que ela não é aquela tv pública sonhada e elaborada para ser das melhores do mundo? É muito simples e simplório debitar tudo ao atual governo Bolsonaro – inimigo letal de ideias e projetos sobre os quais não tem controle. Antes disso faltou persistência na construção da cultura, com a desejada força do Conselho e autonomia de gestão. Creio que houve dispersão de esforços e de engajamento, com a demanda de temas trabalhistas engolindo o caráter da empresa. Se e quando for possível uma reconstrução, as bases estão dadas.

ESPERANÇAS QUE VÃO E VEM

Rodrigo Lucena – Presidente da Astral - 2006.



O I Fórum foi um momento de renovadas esperanças em relação ao possível surgimento de uma nova modalidade de TV Pública, não mais concentrada em um ou dois canais de televisão, mas na pluralidade que vinha sendo amadurecida, a partir das experiências das emissoras educativas, universitárias, legislativas e comunitárias. Sem deixar de lado, naturalmente, a liderança, em função de sua robusta experiência, da TV Cultura e também das emissoras da antiga fundação Roquete Pinto. Foi da reunião das associações que representavam esses setores que surgiu a ideia e toda a concepção do Fórum, abraçado pelo Ministério da Cultura, o que muito favoreceu na prática a sua realização, naquela dimensão que ele tomou. Porém, das esperanças ao resultado final do evento houve um lamentável distanciamento. O que se viu foi uma iniciativa clara do governo federal em se apropriar da grande repercussão do evento para respaldar o lançamento da TV Brasil.

E, na sequência, um abandono completo de todas as propostas de engajamento, financiamento e construção de um modelo digital, especialmente da proposta de construção de um grande operador de rede nacional, que pudesse incluir todos os segmentos participantes, como solução para o problema central da expansão dos canais de natureza pública. Naquele momento, como hoje, havia muitas dificuldades, inclusive as legais, para que esses canais pudessem sair da caixa fechada da tv a cabo, para alcançar audiências mais auspiciosas em canal aberto. Embora não se tenham contemplado todas as grandes expectativas, o Fórum representou o renascimento de uma discussão em âmbito nacional, que deu nova intensidade ao debate sobre a importância do fortalecimento das emissoras públicas em contraponto ao modelo comercial, uma vez que, do ponto de vista da grande maioria dos participantes, esse modelo deixava a desejar quanto aos objetivos educativos, de

formação de cidadania e de um jornalismo plural e, até onde possível, imparcial.

Neste contexto, as tvs legislativas saíram de certo modo fortalecidas, porque havia uma desconfiança natural quanto ao papel dessas emissoras. Muita gente acreditava que elas estariam a serviço dos políticos de plantão e o Fórum foi o momento oportuno para mostrar a vocação dessas emissoras, especialmente no sentido de se criar uma programação voltada para a educação para cidadania, com temas sobre a natureza e função do Estado, processo eleitoral, processo político etc, além é claro de permitir acesso ao trabalho parlamentar, ao vivo, sem cortes, na linha de maior transparência. As emissoras se aliaram para projetar o seu próprio modelo de rede legislativa, que prosperou com a união da Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, ao lado do Senado Federal e das câmaras municipais. Hoje, esta rede encontra-se em franca expansão, alcançando também a instalação de emissoras de rádio, em centenas de municípios em todas as regiões do país.

O LEGADO DO FÓRUM NACIONAL DAS TV'S PÚBLICAS

Mário Jéfferson Leite Mello – Diretor de Integração da ABCCom – 2006



Quando fomos convidados para participar do “I Fórum Nacional das TV’s Públicas” nasceu em nós um misto de alegria e preocupação. Alegria por saber que poderíamos contribuir, de alguma forma, para o aprimoramento das discussões que iriam se seguir. Preocupação acima de tudo porque, até então, sabíamos que o Brasil não estava preparado para esta conversa. Gilberto Gil, Ministro da Cultura na época, matou no peito e chamou o projeto para sua pasta. Sem pestanejar, colocou o time em campo e demonstrou que estávamos prontos sim, de fato, e aquele era o momento. Não poderíamos perder o “bonde da história” e, assim, cada um de nós que lá esteve doou a sua melhor parte para o desenvolvimento deste conceito de TV Pública.

Vale lembrar que no Brasil, diferentemente do que ocorreu em torno do mundo, houve uma grande inversão na implantação da comunicação pública. Enquanto países de primeiro mundo e outros em processo de desenvolvimento iniciaram pelas TVs Públicas, no Brasil o começo se deu com a iniciativa privada. Desta forma, seria uma tarefa muito árdua corrigir esta dicotomia entre público e privado.

Estávamos vivendo profundas transformações, com a migração do sinal analógico para o digital, que nascia timidamente em alguns recantos, dominada quase sempre pelas entidades representantes das TV’s Comerciais. As TV’s Públicas, frágeis que estavam, apenas contemplavam a discussão até que, no chamado, todos os temas foram incluídos e fez nascer em cada um de nós o desejo de superar a síndrome de “primo pobre” da comunicação.

O presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, deu carta branca para que o projeto de construção de uma TV Pública fosse discutida neste Fórum e, assim, conjuntamente, todas as demais mídias que se encontravam no “Campo Público”, como as TVs Universitárias, as TVs Legislativas, as TVs Educativas e as TVs Comunitárias (estas últimas que nos diziam respeito mais de perto e precisavam de maior visibilidade) se uniram para buscar os melhores caminhos, a tecnologia a se adotar, o sistema existente que dialogasse mais próximo às nossas condições e ao que pretendíamos.

Existiam estudos avançados em algumas universidades brasileiras a respeito do GINGA, da multiprogramação, do multiplex, para possibilitar simultaneamente a subida de diversos canais e, ainda, soluções que poderiam ser utilizadas através de uma TV Pública para atendimento ao povo em geral, como por exemplo, saber sobre a aposentadoria, marcar consultas do SUS, obter remédios para tratamento, entre outros. Mas estas discussões necessárias acabaram por ficarem relegadas a segundo plano com o vendaval político que se seguiu e que culminou com o esfacelamento e sucateamento da TV Pública. Este é um capítulo que deve ser abordado em outras ocasiões.

Podemos considerar que poderíamos ter atuado de forma mais significativa como, por exemplo, exigido do então Ministro das Comunicações, Hélio Costa, documentos mais convincentes em relação à escolha do sistema nipo-brasileiro. Na oportunidade a promessa que tínhamos era que, ao se adotar o sistema vindo do Japão, além de nos ser cedida a tecnologia na questão digital, o Brasil percorreria todos os caminhos para domínio desta plataforma. E mais, os japoneses ainda trariam para nosso país uma fábrica de “semicondutores” (o Brasil nunca dominou a tecnologia de semicondutores) e, de igual forma, os brasileiros iriam ter acesso ao domínio desta técnica. Passado estes 15 anos não temos fábrica e muito menos acesso à tecnologia.

Ao darmos o cheque em branco para o governo implantar a TV Pública, tínhamos a promessa de que a faixa de 700 MHz seria destinada para as TVs do Campo Público, mesmo assim, não fomos respeitados e acabamos perdendo esta chance, deixando que a faixa de 700Mhz fosse a leilão para dar lugar à tecnologia 4G. Foi um passa-moleque bem dado a todos que contribuíram para a existência de uma TV Pública. Vale considerar que outros temas por nós debatidos também não foram respeitados. Basta ver o documento final entregue por Jorge da Cunha Lima ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o qual previa a regulação dos meios, o sistema multiplex, a faixa dos 700 MHz entre outras coisas,

O que ficou de bom foi o fato de termos cumprido com nossa missão, dado o melhor de nós e, durante o evento, avançar no sentido de fortalecer nossas causas e termos conhecidos pessoas que nos ajudaram muito a crescer no entendimento do que vinha a ser uma emissora de televisão de fato democrática e plural.

CARTA DE BRASÍLIA

Manifesto pela TV Pública independente e democrática

11 de maio de 2007

Nós, representantes das emissoras Públicas, Educativas, Culturais, Universitárias, Legislativas e Comunitárias, ativistas da sociedade civil e militantes do movimento social, profissionais da cultura, cineastas, produtores independentes, comunicadores, acadêmicos e telespectadores, reunidos em Brasília, afirmamos, em uníssono, que o Brasil precisa, no seu trilhar em busca da democracia com igualdade e justiça social, de TVs Públicas independentes, democráticas e apartidárias.

Nove meses transcorridos desde o chamamento para o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, uma iniciativa pioneira do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria do Audiovisual, com apoio da Presidência da República, podemos afirmar que este nosso clamor soma-se aos anseios da sociedade brasileira. Neste processo, o Brasil debateu intensamente a televisão que quer e pretende construir, quando estamos à porta da transição para a era digital.

Nesse período, superamos a dispersão que nos apartava de nós mesmos e descobrimos uma via comum de atuação, que tem como rota o reconhecimento de que somos parte de um mesmo todo, diverso e plural, complementar e dinâmico, articulado em torno do Campo Público de Televisão. Um corpo que se afirma a partir da sua heterogeneidade, mas compartilha visões e concepções comuns.

Os participantes do Fórum afirmam:

- A TV Pública promove a formação crítica do indivíduo para o exercício da cidadania e da democracia;*
- A TV Pública deve ser a expressão maior das diversidades de gênero, étnico-racial, cultural e social brasileiras, promovendo o diálogo entre as múltiplas identidades do País;*
- A TV Pública deve ser instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais;*
- A TV Pública deve estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs;*
- A TV Pública deve ser independente e autônoma em relação a governos e ao mercado, devendo seu financiamento ter origem em fontes múltiplas, com a participação significativa de orçamentos públicos e de fundos não-contingenciáveis;*
- As diretrizes de gestão, programação e a fiscalização dessa programação da TV Pública devem ser atribuição de órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, no qual o Estado ou o Governo não devem ter maioria; - A TV Pública tem o compromisso de fomentar a produção independente, ampliando significativamente a presença desses conteúdos em sua grade de programação;*
- A programação da TV Pública deve contemplar a produção regional;*
- A programação da TV Pública não deve estar orientada estritamente por critérios mercadológicos, mas não deve abrir mão de buscar o interesse do maior número possível de telespectadores; - A TV Pública considera o cinema brasileiro um parceiro estratégico para a realização de sua missão e enxerga-se como aliada na expansão da sua produção e difusão;*
- O Campo Público de Televisão recebe positivamente a criação e inserção de uma TV Pública organizada pelo Governo Federal, a partir da fusão de duas instituições integrantes do campo público e promotoras deste Fórum (ACERP e Radiobrás);*

E recomendam:

- *A nova rede pública organizada pelo Governo Federal deve ampliar e fortalecer, de maneira horizontal, as redes já existentes;*
- *A regulamentação da Constituição Federal em seu capítulo sobre Comunicação Social, especificamente os artigos 220, 221 e 223;*
- *O processo em curso deve ser entendido como parte da construção de um sistema público de comunicação, como prevê a Constituição Federal de 1988;*
- *A construção e adoção de novos parâmetros de aferição de audiência e qualidade que contemplem os objetivos para os quais a TV Pública foi criada;*
- *A participação decisiva da União em um amplo programa de financiamento voltado para a produção de conteúdos audiovisuais, por meio de mecanismos inovadores;*
- *Promover mecanismos que viabilizem a produção e veiculação de comunicação pelos cidadãos e cidadãs brasileiros;*

E propõem em face do processo de migração digital:

- *Garantir a construção de uma infraestrutura técnica, pública e única, que viabilize a integração das plataformas de serviços digitais por meio de um operador de rede;*
- *A TV Pública considera que a multiprogramação é o modelo estratégico para bem realizar a sua missão;*
- *A TV Pública deve ser promotora do processo de convergência digital, ampliando sua área de atuação com as novas tecnologias de informação e comunicação e promovendo a inclusão digital;*
- *A TV Pública deve se destacar pelo estímulo à produção de conteúdos digitais interativos e inovadores;*
- *O apoio à continuidade de pesquisas com vistas à criação de softwares que garantam a interatividade plena;*
- *Os canais públicos criados pela Lei do Cabo devem ser contemplados no processo de migração digital, passando a operar também em rede aberta terrestre de televisão;*
- *A TV Pública deve estar presente em todas as formas de difusão de televisão, existentes ou por serem criadas;*
- *Trabalhar em conjunto com o BNDES para encontrar mecanismos de financiamento, por meio do fundo social do banco de fomento, da migração digital das TVs Públicas;*
- *Fomentar o debate sobre a questão da propriedade intelectual no universo digital, buscando ampliar os mecanismos de compartilhamento do conhecimento.*

A força e a solidez do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas são reflexos do envolvimento das associações do campo público de televisão brasileiro – Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom), Associação Brasileira de Emissoras Universitárias (ABTU) e Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) – e das organizações da sociedade civil, que ao tomarem parte deste processo dele se apropriaram, difundindo-o e ampliando-o.

Ao cabo destes quatro dias de reunião, sob o signo da fraternidade e de uma harmonia construtiva que só se vivencia nos grandes momentos históricos, todos saímos fortalecidos. Acima de tudo, emerge fortalecido o cidadão brasileiro, detentor de um conjunto de direitos que jamais se efetivarão sem a ampliação e o fortalecimento do espaço público também na televisão brasileira;

Pelos motivos que se depreendem da leitura desta carta, é consenso, por fim, que o Fórum Nacional de TVs Públicas deve se transformar em espaço permanente de interlocução e de construção de políticas republicanas de comunicação social, educação e cultura, institucionalizando-se na vida democrática do País.

*Brasília, 11 de maio de 2007
I Fórum Nacional de TVs Públicas*

REFERÊNCIAS

I Fórum Nacional de TVs Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão - Brasília: Ministério da Cultura, 2006. (Caderno de Debates)

I Fórum Nacional de TVs Públicas: Relatórios dos grupos temáticos - Brasília: Ministério da Cultura, 2007. (Caderno de Debates - Volume 2)